



XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação
Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010

GT 1: Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação

Modalidade de Apresentação: Comunicação oral

O CONCEITO DE INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

Eliezer Pires da Silva

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

RESUMO: Ao examinar a emergência do conceito de informação arquivística presente na produção de conhecimento arquivístico no Brasil é possível reconhecer a abordagem informacional nos arquivos como uma perspectiva de inovação no discurso sobre as práticas arquivísticas na contemporaneidade. Desse modo, apresenta-se uma revisão de literatura sobre a trajetória da Arquivologia destacando o reconhecimento de três visões sobre os arquivos – histórica, gerencial e informacional. Nessa direção, analisa-se o surgimento da visão *informacional* nos arquivos, com base na utilização da noção de informação arquivística expressa em teses e dissertações que contemplam questões da área de Arquivologia, especificamente no quadro brasileiro, no período de 1996 a 2006.

Palavras-chave: Informação arquivística. Arquivologia. produção de conhecimento arquivístico



1 INTRODUÇÃO

Desde a década de 1990, a expressão *informação arquivística* passou a produzir sentido entre os profissionais envolvidos com os arquivos no cenário brasileiro. Esta pesquisa buscou se inserir no legado constituído pelos estudos empreendidos pela professora Maria Odila Fonseca (1953-2007). A autora mapeou a configuração atual do campo arquivístico no quadro nacional, demonstrando que a importância das instituições arquivísticas na produção de conhecimento arquivístico passou a ser compartilhada com as universidades.

O recorte da pesquisa apresentou três dimensões básicas. A primeira dimensão foi temática, ou seja, a noção de informação arquivística é o assunto. A segunda foi espacial: onde, empiricamente, o tema foi observado. Nessa dimensão, encontram-se três estratos: (i) a produção de conhecimento, (ii) em Arquivologia, (iii) no Brasil. A terceira dimensão do recorte da pesquisa foi o período determinado: 1996-2006.

De acordo com Fonseca (2005), discute-se atualmente uma ruptura de paradigma na Arquivologia: estaria ocorrendo uma ampliação do objeto *arquivo*, incluindo *informação arquivística*. Essa noção de informação arquivística pôde ser observada nos argumentos de alguns atores da produção de conhecimento arquivístico no Brasil. Assim, questionou-se **como e em que grau a noção de informação arquivística está sendo construída pelos atores da produção de conhecimento arquivístico no Brasil, entre 1996 e 2006?**

O objetivo geral desta pesquisa foi problematizar a abordagem informacional na Arquivologia, além de contribuir para os estudos, na Arquivologia e na Ciência da Informação, sobre o fenômeno informacional arquivístico.

Os objetivos específicos foram identificar as pesquisas de mestrado e de doutorado, com temática arquivística, defendidas e aprovadas no Brasil, entre 1996 e 2006, verificar aquelas que indiciam a abordagem informacional dos arquivos e analisar a utilização da noção de informação arquivística.

O levantamento das teses e das dissertações foi executado a partir do Portal Capes. Foram identificadas as teses e as dissertações com temática arquivística, no período entre 1996-2006, especificamente aquelas em que a designação *informação*



arquivística está presente no título e/ou resumo. Chegou-se ao conjunto de 12 trabalhos que atendem aos marcos empíricos.

2 A TRAJETÓRIA DA ARQUIVOLOGIA

A reconstrução de uma história dos arquivos extrapolaria os objetivos de configurar a existência de perspectivas e enfoques relacionados com o saber arquivístico. Assim, optou-se pela classificação genérica de visões arquivísticas, como um modo de sistematizar os principais deslocamentos da Arquivologia, desde a criação das instituições arquivísticas, a partir do século XVIII, até as atuais discussões de normalização das boas práticas arquivísticas.

Na revisão de literatura sobre a trajetória da Arquivologia destacam-se três visões sobre os arquivos, que não abrangem a totalidade do pensamento arquivístico, mas são, ao menos, representativas de parcela significativa dos entendimentos nesse campo de saber.

Para indicar a unidade de cada uma das visões recorreu-se à estruturação dos argumentos na descrição de práticas e discursos, historicamente referenciados, configurando perspectivas específicas em cada uma das visões.

Considera-se que há uma visão histórica dos arquivos, que se estabelece com o modelo de instituição arquivística típica do século XIX, e que privilegia a dimensão patrimonial de acervos custodiados, para servirem à produção historiográfica. Nesse sentido, há o reconhecimento da importância da experiência francesa na criação dos arquivos nacionais, além de enunciar a abordagem contextual que caracteriza o saber arquivístico.

O quadro histórico da primeira metade do século XX é o elemento de fundo para a identificação do surgimento de uma visão gerencial dos arquivos. As relações entre os arquivos e a administração teriam sido, em alguma medida, negligenciadas no cenário da formação dos Estados nacionais. Os arquivos eram, na visão histórica, sobretudo, instituições para a sustentação de identidades nacionais.



O outro enfoque é a visão informacional dos arquivos. De acordo com Rodrigues (2006), as ações institucionais da Unesco, a partir dos anos de 1980, envolveram estudos acerca do impacto das tecnologias de informação e comunicação na ordem da cultura e dos parâmetros técnicos de intervenção sobre os documentos. A divulgação desses estudos aproximaria a formação profissional dos arquivistas e dos bibliotecários e representa um traço dessa tendência.

Ao se admitir que ocorrem possíveis interseções entre essas visões dos arquivos – histórica, gerencial e informacional –, a utilidade dessa estruturação para a apresentação da trajetória da Arquivologia presente na literatura da área é apenas uma operacionalização didática.

Não se trata de um percurso de evolução por meio das visões, já que essas perspectivas não estão em evidente rompimento umas com as outras: podem apresentar convivência complementar em algumas situações; permitem uma identificação entre as escolas, em outros casos; estabelecem categorias profissionais em contextos específicos; e sistematizam os principais deslocamentos do saber arquivístico no percurso de sua formação.

2.1 A VISÃO HISTÓRICA DOS ARQUIVOS

O modelo de instituição arquivística no século XIX projeta a exclusividade dos seguintes objetivos para os arquivos: preservar e dar acesso aos documentos públicos sob sua custódia. Estabelece-se, especialmente na Europa, o direito de acesso aos documentos públicos, o reconhecimento da responsabilidade do Estado sobre o patrimônio documental e a institucionalização de uma administração nacional dos arquivos. (FONSECA, 1998).

Na Inglaterra instituiu-se, em 1838, o Public Record Office. É interessante notar que neste mesmo ano foi criado no Brasil o Arquivo Público do Império, já previsto na Constituição de 1824, atualmente Arquivo Nacional. Para Schellenberg (2002), as razões para instituir esse modelo de arquivo público encontram-se na ordem de ser uma fonte cultural, dentro de objetivos do projeto historiográfico do século XIX, considerando a



evidência dos direitos das novas relações de cidadania e governo que estavam surgindo e, também, da ordem oficial que caracterizava o trabalho governamental.

Nessas iniciativas de reunir todos os documentos públicos em arquivos nacionais ficaria estabelecido o discurso da naturalidade formadora dos arquivos, o que se articula com a ideia de que o Princípio da Proveniência combate arranjos temáticos, porque quer preservar a disposição documental estabelecida pela intencionalidade originalmente produtora desse conjunto de documentos. Isso permitiria uma produção historiográfica com um privilegiado conhecimento sobre o passado: o arquivo como herança cultural para a posteridade.

2.2 A VISÃO GERENCIAL DOS ARQUIVOS

As iniciativas governamentais nos Estados Unidos de instalar, entre 1905-1909, um comitê presidencial para aprimorar métodos departamentais sobre os documentos e a criação, no período de 1910 a 1933, de comissões, planos e conselhos para busca de eficiência por parte do governo federal, bem como os trabalhos desenvolvidos pelas Comissões Hoover, em 1947-1949 e em 1953-1955, para a organização do ramo executivo do governo em relação à sua produção documental, evidenciam o surgimento de uma visão gerencial dos arquivos. (SCHELLENBERG, 1959).

Essa compreensão das funções arquivísticas tem a finalidade de: efetivar um controle eficiente da administração, com a aplicação de princípios e técnicas para reduzir a quantidade e melhorar a qualidade dos documentos; manter (processamento e arquivamento) e utilizar os documentos no exercício das atividades dessas instituições; assegurar a transferência sistemática para depósitos intermediários dos documentos de uso não corrente e efetuar a avaliação dos documentos preservando aqueles que têm valor permanente para a instituição.

A partir da emergência da gestão de documentos, há a ampliação das funções arquivísticas para além da custódia de acervos em instituições arquivísticas, na direção dos serviços de arquivo estruturados junto aos processos de trabalho dentro das administrações.



O surgimento de instrumentos de trabalho, como um esquema de classificação, que ordena a disposição dos documentos em função das atividades e transações desse organismo produtor do arquivo, e uma tabela de temporalidade, que materializa a avaliação em termos de uma indicação dos prazos de guarda e de destinação final (eliminação ou preservação permanente), permitem o estabelecimento de programas de gestão de documentos para auxiliar o funcionamento das organizações.

Essa perspectiva da gestão de documentos tem na avaliação, que estabelece temporalidade e destinação aos documentos, uma referência essencial. Nesse horizonte de *funções, atividades e atos*, configuradores da produção documental, busca-se determinar temporalidade aos documentos por meio da avaliação.

Diante da impossibilidade de guardar e gerenciar tudo que se colocaria a avaliação de documentos, uma primeira sistematização dos argumentos em torno dessa atividade seria a distinção de valores que marcam os documentos na contemporaneidade: valores primários e secundários.

Esta visão privilegia o papel das entidades documentais para o processo político-decisório com a implementação de programas de gerenciamento arquivístico dos documentos dentro das administrações. No entanto, nota-se que ocorrem alterações nesse contexto a partir da emergência de uma chamada era da informação, com o advento das tecnologias de informação e de comunicação, o que promoveria uma abordagem informacional dos arquivos.

2.3 A VISÃO INFORMACIONAL DOS ARQUIVOS

Ao final do século XX, inicia-se uma reformulação de domínio na Arquivologia. Nesse período emerge a associação entre a finalidade dos arquivos e a de informação como uma responsabilidade assumida pela área.

Para Thomassen (2006), arquivo é o conceito central nos estudos da Arquivologia, mas a noção também se encontra desde a vida cotidiana até às configurações governamentais e empresariais, em que o modo arquivístico de agir tem o intuito de dar suporte à memória dos produtores de arquivo.



As informações seriam produzidas e estruturadas na dinâmica dos processos de trabalho, de sorte que o arquivo é formado por informações que são geradas no curso das tarefas realizadas, por isso tais informações são profundamente relacionadas aos processos de trabalho. A mediação informacional instituidora do arquivo teria a forma de registros relacionados com o encadeamento de ações enquanto processos de trabalho geradores e estruturadores de informação.

A função dos arquivos estaria na perspectiva das possíveis reutilizações da informação gerada e estruturada por processos de trabalho, que lhes impõem uma interpretação contextual.

A forma registrada da informação, na perspectiva arquivística, estabeleceria uma compreensão a partir dos elementos que constituem os documentos. A noção de forma material da informação, com aspectos físicos e intelectuais, é entendida como instituidora de uma unidade lógica envolvendo o carregador físico dessa informação e a função na criação do registro.

O acesso rápido às informações para desempenho de tarefas institui a funcionalidade dos arquivos, reproduzindo a estrutura organizacional do seu produtor. Os fatores ambientais de geração e estruturação da informação formariam base interpretativa dos conteúdos, das formas e da estrutura de registros nos arquivos. Esse contexto arquivístico incluiria elementos do ambiente organizacional, do ente produtor, contexto de administração e uso das informações.

A dinâmica das tarefas dentro de uma organização seria o fator de estruturação da informação para o contexto arquivístico. Na prática, essa informação gerada com uma finalidade pode ser reutilizada em outros processos de trabalho, desde que se tenha instrumentos de gerência sobre os metadados que permitam a recuperação informacional demandada na execução de outras tarefas.

Os serviços de arquivo configurariam uma interpretação organizacional do ente produtor sobre a estruturação das informações geradas e utilizadas na lógica de seus processos de trabalho, o que significa uma representação da estrutura de trabalho da organização.

O caráter processual da informação gerada e estruturada no contexto arquivístico apresentaria adições nas suas relações com as tarefas do ente produtor, na medida em que são reutilizadas.



A Arquivologia teria na informação relacionada aos processos de trabalho de uma entidade produtora de arquivo o seu objeto privilegiado, mas não excludente em relação a outros. Este objeto seria uma informação gerada e estruturada nas circunstâncias executivas das tarefas. Os objetivos do saber arquivístico repousariam nos processos informacionais que são produtos e produtores da realização de uma função e a preservação de uma estrutura informacional que serve de evidência para transações efetuadas.

Nessa abordagem, defendida por Thomassen, pretende-se que o trabalho arquivístico seja de análise da missão, da função e das tarefas do produtor do arquivo, visando configurar uma instância de intervenção para o arquivista, na perspectiva de ser este um agente na otimização de fluxos informacionais. A pesquisa arquivística estaria interessada em estudar as relações entre a informação e os elementos de contexto de sua geração e estruturação.

Angelika Menne-Haritz (1998), autora que se dedica aos estudos da avaliação e da proveniência em ambientes eletrônicos, coloca o paradoxo que só a destruição de partes dos registros abre acesso à informação potencial da situação original. Usa a metáfora de uma floresta que não pode ser vista, porque há muitas árvores. Nessa perspectiva, insere a relevância da avaliação para promover o acesso às informações no contexto do arquivo.

Essa posição estabelece um ponto de vista sobre a administração, vendo-a assessorada pelo saber arquivístico para a orientação de sucesso de seus negócios. Os processos decisórios ocorreriam num intervalo de tempo, o qual é constituído por sequências de atividades inter-relacionadas. Nessa lógica, a escrita organizacional institui a ligadura temporal e espacial na efetivação de funções, produzindo uma escritura informacional, que tanto pode ser referência de ações ocorridas como também mediação da ocorrência de outras.

A produção informacional, nesse ambiente, cumpre funções organizacionais com intenções visíveis. Existiria uma unidade na intenção estruturadora de informações registradas para os processos de trabalho. A apreciação da dinâmica de geração informacional nas organizações demonstraria os condicionamentos de significado das informações registradas no contexto dos arquivos.



Para Menne-Haritz, os processos de trabalho são realizados junto à estabilização de vestígios de operações como referência sobre o que aconteceu. A atividade gera a evidência que oferece conectividade para novas operações.

Essa visão informacional dos arquivos tem sido assim apresentada na literatura da área na perspectiva da gestão da informação dentro das organizações.

Para Ketelaar (2002), na visão informacional, o conceito de arquivo continua sendo o potencial de servir para compreender o passado, como é enfatizado pela perspectiva histórica. O arquivo está no valor atribuído pela sociedade à manutenção de evidência do passado para o futuro.

Entende-se que a gestão, sobre as atividades dentro de uma organização, apreende um processo de geração de informação vinculada ao contexto de andamento das tarefas dessa organização. Nesse sentido, percebe-se a formação distribuída da produção informacional, que deve ser gerida na perspectiva de serem processos comunicativos, além de evidência do funcionamento da organização, servindo-lhe de memória.

Ketelaar enxerga as práticas diárias das organizações na produção informacional, às vezes indefinida entre o oficial e a formação paralela de arquivamentos de conveniência, relacionada às tarefas organizacionais. As atividades de criação e utilização da informação estariam orientadas à transmissão da ação e da experiência através do tempo, um fenômeno individual e coletivo.

De acordo com Terry Cook (1998), o arquivo deve ser reconhecido como um ambiente informacional. Haveria um complexo de ações envolvidas na realização de um trabalho numa dinâmica de usos da informação. As tecnologias de informação e de comunicação são vistas como o fator de impacto para as mudanças na direção de uma visão informacional das práticas arquivísticas.

Observa-se que, tanto na visão histórica como na gerencial, o objeto do trabalho arquivístico é abordado do ponto de vista de ser uma entidade, nesse caso a documental. Quanto à visão informacional, nota-se, fundamentalmente, a ênfase nas ações de informação, ou seja, na abordagem de relações ou processos de comunicação no quadro das interações intersubjetivas.

Para Rodrigues (2006, p. 21), as exigências informacionais da sociedade atual, tanto na perspectiva dos serviços governamentais quanto dos negócios, terão colocado



mudanças nas funções e atividades dos arquivistas com relação ao tratamento e à recuperação da informação, que redefinem os objetivos e o corpo conceitual da Arquivologia.

Santos (2007), ao tratar tempos de gestão do conhecimento, apresenta a visão informacional dos arquivos nas práticas arquivísticas inseridas nas discussões sobre gerir o conhecimento nas organizações. O arquivista é entendido como profissional da informação e a gestão do conhecimento é definida como busca pela eficiência e eficácia dos processos organizacionais, intervenções realizadas por meio da inovação. Identifica-se o saber arquivístico relacionado com o uso das táticas de mapeamento do conhecimento organizacional, gestão de competências e controle do ciclo dos processos de trabalho.

Presentes na visão gerencial, os objetivos da gestão da informação nos arquivos estariam no interesse de contribuir com a eficácia administrativa das organizações, considerando, também, os outros usos em termos de permitir um conhecimento histórico das sociedades.

O processo de construção das normas de descrição arquivística surge, no final da década de 1980 como uma iniciativa do Conselho Internacional de Arquivos (CIA) que envolveu a comunidade arquivística internacional. Inicialmente, houve a criação de um grupo de trabalho, posteriormente transformado em Comissão *Ad Hoc* de Normas de Descrição do CIA. Em 1993, a Comissão aprovou a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística – ISAD(G). Esse instrumento normativo estrutura sete áreas de informação para representar e explicar o contexto e o conteúdo de documentos de arquivo a fim de promover o acesso aos mesmos (FONSECA, 2001).

Para Fonseca (2001), a necessidade das normas seria um consenso, além de urgente, nas instituições arquivísticas brasileiras, que serviriam para equacionar os principais problemas no processamento técnico dos acervos arquivísticos. Esse autor reconhece uma ampla utilidade das normas para o trabalho arquivístico, não apenas para a descrição, já que a comunidade arquivística brasileira vem demonstrando interesse em normalizar outras atividades técnicas.

Qual seria, então, a inovação trazida pela normalização? As normas permitiriam a interoperabilidade de sistemas garantindo a criação de descrições consistentes e



indexação de assuntos? Como problematizar o anúncio de que se está apenas diante de ações que visam a promoção de pontos de acesso consistentes e auto-explicativos?

De acordo com Michael Cook (2007, p. 130), é preciso incorporar a contribuição dos usuários na descrição arquivística. Apenas a adoção de sistemas de computador e os métodos normativos de categorizar a informação descritiva dos acervos arquivísticos não são capazes de contemplar o mundo de usuários em potencial: “[...] por detrás das normas estão várias suposições culturais que podem precisar ser ajustadas”.

Para Claire Sibille (2007), a normalização da descrição arquivística estruturou a ideia de 26 elementos de representação dos arquivos, possibilitando a troca de registros descritivos entre sistemas de informação, mas a descrição como operação intelectual de representar o que se descreve dentro das categorias de informação previstas pelas normas, significa uma ação do profissional em função de demandas de usuários que são antevistas, norteadas a análise que vai dar ou não visibilidade a determinados conteúdos nos acervos. O que ampliaria a concepção de descrição envolvendo o acesso seria o nível de consciência do agente em relação à mediação que exerce, escapando ao domínio de padronização estabelecido pelas normas.

Segundo Michael Fox (2007), essa normalização beneficia o acesso intelectual ao acervo por meio dos protocolos que reduzem variações nas formas de apresentação de conteúdos de cada instituição arquivística. As normas significariam uma plataforma para representação do conteúdo dos arquivos harmonizando a terminologia da descrição aos mapas mentais dos usuários.

Para Dollar existiria o imperativo de formação de padrões no ambiente das tecnologias de informação, “[...] mudando a ênfase dos produtos específicos, tais como os instrumentos de pesquisa, para uma visão mais ampla que focalize os sistemas de informação”. Desse modo, “[...] mais relevante é o fato de que o conceito de um documento cada vez mais é inadequado para descrever o produto de complexos sistemas de informação” (DOLLAR, 1994, p. 2 e 16).

O conceito de documento encontra-se associado à ideia de que os propósitos do ato de registrar as missões executadas são para assegurar ao conteúdo registrado os efeitos de responsabilidade e comprovação. Esse entendimento é construído em torno da função da escrita, no registro oficial e legal, para constatação de transações ocorridas, e “denota informação registrada que é apreendida como entidade física e cujos atributos



nos ajudam a fornecer a prova autêntica e contemporânea de uma operação ou transação” (DOLLAR, 1994, p. 7).

Abre-se uma esfera de apreciação do impacto das novas necessidades impostas pelo quadro das tecnologias da informação e da comunicação no âmbito do desenvolvimento do pensamento arquivístico.

A visão informacional dos arquivos apresentada reconhece três perspectivas diferentes sobre a Arquivologia e os arquivos presentes na literatura da área – histórica, gerencial e informacional – , tendo em vista o interesse de apontar as especificidades nas finalidades das práticas arquivísticas, nas circunstâncias sociais e históricas, que deram forma a cada um desses enfoques.

3 A NOÇÃO DE INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

Desde o século XIX *documento de arquivo* representa um conceito importante para o saber arquivístico. Mas como entender o surgimento, no final do século XX, da ideia de informação arquivística? A definição de informação arquivística não está contemplada em obras de referência da área no Brasil. Por exemplo, encontra-se ausente no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, publicado em 2005, pelo Arquivo Nacional.

Autores de reconhecimento internacional na Arquivologia, como Heredia Herrera (1983) e Duranti (1994), consideram o saber arquivístico essencialmente estruturado em torno dos documentos. Desse ponto de vista, o arquivo é entendido como a totalidade de documentos produzidos ou recebidos oficialmente por uma administração que posteriormente se submete à custódia arquivística. Assim,

Não é a informação contida no documento o que interessa, e a arquivística não é uma “ciência da informação” (como muito frequentemente se diz), ou só uma “ciência da informação”, senão que tem um conteúdo muito mais amplo; o que interessa é o significado pleno de cada documento, que se evidencia somente por meio do vínculo com todos os outros documentos do mesmo arquivo; o que interessa é conhecer como este documento foi produzido, ao longo de que procedimento administrativo e com que validade jurídico-administrativa (LODOLINI, 1988, p. 11, tradução nossa).



Camargo (1994), ao abordar o arquivo por esse ponto de vista, sugere que as razões de ordem prática colocam uma redução e um condicionamento na produção de sentido do que está documentado. Admite uma estabilidade de sentido ao conteúdo dos documentos no contexto arquivístico.

A despeito dessa abordagem centrada na entidade documental no contexto dos arquivos, a expressão *informação arquivística* emerge na literatura da área da Arquivologia, nos anos 1980, estabelecendo a *abordagem informacional* que inscreve o arquivo na dinâmica da importância que assume a informação na contemporaneidade.

De acordo com Fonseca há uma possibilidade renovadora a partir da perspectiva informacional no panorama arquivístico internacional

[...] destaca-se a criação, em 1987, do *Groupe Interdisciplinaire de Recherche en Archivistique* – GIRA (Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Arquivologia). O grupo de pesquisa foi criado na Escola de Biblioteconomia e Ciências da Informação da Universidade de Montreal – ESBI, no Canadá. O artigo publicado por seus fundadores em 1988, *L'archivistique a-et-elle trouvé son identité*, pode ser considerado um marco nas reflexões sobre a Arquivologia como área autônoma de conhecimento numa perspectiva contemporânea e a criação do grupo de pesquisa constitui-se em importante espaço de reflexão em torno das especificidades do fenômeno informacional arquivístico, na busca da construção de um conceito de informação arquivística (FONSECA, 2005, p. 13).

Desse modo, as ideias em torno do fenômeno informacional arquivístico têm sido apresentadas em associação com os movimentos de aproximação da Arquivologia de uma condição autônoma de área do conhecimento.

A noção de *informação arquivística* é recente na literatura da área e ainda carece de verticalização teórica. Na verdade, a Arquivística tende a reconhecer os *arquivos* como seu objeto e não a *informação arquivística*. Em torno dessas duas perspectivas situam-se as escolas de pensamento mais conservadoras – ainda predominantes – e as mais renovadoras. De modo geral, a primeira tendência encontra acolhida nos arquivos públicos europeus e a segunda, em escolas de Ciência da Informação de universidades dos Estados Unidos e Canadá (JARDIM; FONSECA, 1998, p. 369).

A noção de informação arquivística é identificada, nesta citação, com um deslocamento de objeto na Arquivologia, além de sua aproximação com as escolas norte-americanas e canadenses. Essa renovação tem apresentado evidências de um processo de alterações para a área dos arquivos no quadro brasileiro.



Podem-se observar aspectos da trajetória recente da emergência da noção de informação arquivística no quadro brasileiro.

Entendemos informação dentro de uma perspectiva arquivística como uma representação registrada a partir de sua inserção em contexto administrativo de uma entidade coletiva ou de vida de uma pessoa ou família, passível de organização, tratamento, preservação, contextualização e comunicação, e como recurso para geração de conhecimento ou para o processo de tomada de decisões, podendo ser utilizada por multiusuários e produzir vários sentidos (OLIVEIRA, 2006, p. 31).

A autora procurou explicitar uma definição para a noção de informação arquivística como uma representação da informação registrada com qualidades arquivísticas. Até então, essas qualidades estavam associadas ao conceito de documento arquivístico. À noção de informação associou-se a ideia de registro, o que pode suscitar que teria ocorrido uma transformação apenas nominal do conceito de documento arquivístico para a noção de informação arquivística. Será uma simples mudança de termo?

4 CARACTERIZAÇÃO CONCEITUAL DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA

A dimensão documental do arquivo pode ser enquadrada pela compreensão informacional de processos de comunicação dentro do espaço das instituições arquivísticas e dos serviços de arquivo. As propriedades e características da informação arquivística estariam na dependência do contexto, o qual resulta da atuação de um organismo produtor. A ligação de uma informação com outras e com o exercício das atividades desse produtor constitui o arquivo, além da oficialidade na intenção de produzir efeitos de ordem jurídica provando fatos.

Nharreluga (2006) aborda a informação arquivística governamental como toda aquela produzida e acumulada por instituições governamentais, em função de suas finalidades e atividades. Considera diferentes perspectivas sobre a informação – enquanto recurso, *commodity*, percepção e constituição social, formulando o seguinte entendimento:



XI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
Inovação e inclusão social: questões contemporâneas da informação
Rio de Janeiro, 25 a 28 de outubro de 2010

- 1 A informação reflete e fornece elementos à definição de processos de direção e articulação de ações e atividades em diferentes ambientes;
- 2 A informação excede as tentativas de sua representação em estruturas, articulações e integrações, exigindo formas específicas de sua mediação nos diferentes ambientes de trabalho.
- 3 O poder da informação não reside em si mesmo, ele se potencializa com a circulação e uso da informação, mediante estruturas e canais que envolvem o uso de capacidades adequadas à criação de sua significação para gerar conhecimento.
- 4 A racionalidade das estruturas e canais, bem como dos diferentes programas institucionais que envolvem a produção, uso e disseminação da informação, encontra-se necessariamente referida às políticas de informação, em seu nível de atuação.
- 5 A informação representada no quadro do governo eletrônico – em função do contexto de sua produção – reveste-se de um caráter arquivístico. (NHARRELUGA, 2006, p. 41 e 42)

Ao problematizar o impacto das comunicações eletrônicas nos arquivos, David Bearman sustenta que as condições virtuais de apresentação desses meios não descaracterizariam a compreensão documental da comunicação no fenômeno arquivístico. O trabalho do arquivista, a partir dos metadados, ou metainformações, amplia as possibilidades de controle sobre os documentos.

Os documentos são os portadores, os produtos e são eles que informam sobre as transações. Qualquer dado não constitui por si um documento, posto que nem todos os dados representam de forma completa a transação na qual estão envolvidos. De fato, a maior parte da informação gerada pelos sistemas de informação e administrada por meio deles, não constitui um documento e carece dos atributos de validade e eficácia. Os documentos só serão válidos e eficazes se se recolhe, conserva e utiliza aquela informação sobre seu conteúdo, estrutura e contexto que resulta imprescindível para garantir um tratamento arquivístico integral adequado aos mesmos (BEARMAN, 1996, p. 4, tradução nossa).

Para Terry Eastwood, o trabalho arquivístico assenta-se na descrição dos conjuntos documentais, mas reconhece a finalidade dos arquivos em fornecer informações. Nessa perspectiva, demonstra uma preocupação com as necessidades de informação dos usuários. Esse professor canadense entende que

Os arquivos precisam ser instituições mais populares do que são, muito mais pessoas podem se deleitar e se beneficiar do conhecimento e uso de arquivos do que atualmente o fazem. Isso vai criar uma sociedade gradativamente mais instruída e talvez uma sociedade onde as pessoas sejam mais preocupadas com as suas raízes e seu passado.[...] queremos



dar aquela informação básica, talvez até dizer alguns fatos sobre os arquivos que vão orientar o usuário que queira ser orientado (EASTWOOD, 2007, p. 18).

Michael Cook (2007, p. 126) defende que a perspectiva informacional nas práticas arquivísticas representa um auxílio na descrição dos arquivos, no sentido de separar a “informação de contexto da de conteúdo”. No quadro da normalização arquivística, o método de categorização da informação seria uma expressão da representação orientada ao usuário.

De acordo com Sibille, na França, o informacional nos arquivos emerge junto a utilização da informática para automatizar os instrumentos de pesquisa nas instituições arquivísticas.

Uma aceleração é verificada, desde o início dos anos de 1990, na informatização [...] dos serviços, e desde 1995 nas descrições. [...] A normalização da descrição arquivística e a reflexão sobre os meios ofertados pelas novas tecnologias estão, hoje em dia, no centro do debate profissional (SIBILLE, 2007, p. 98).

O autor australiano Adrian Cunningham discute o controle intelectual dos documentos onde a informação arquivística refletiria as inter-relações dinâmicas entre diferentes entidades produtoras de documentos.

Em 1964, Scott fez a sugestão radical de se abandonar o fundo como foco do controle intelectual e [...] longe de ser um ataque ao princípio da proveniência, Scott via sua abordagem como sendo eficiente de registrar a verdadeira e frequentemente complexa natureza da proveniência e sistemas de arquivamento do que o uso da abordagem dos fundos (CUNNINGHAM, 2007, p. 80 e 81).

Para Nils Bruebach, a informação arquivística representa um efeito da revolução digital e suas implicações no arquivo.

A última década do século XX é frequentemente vista pela Arquivologia como um período de mudanças de paradigmas. A revolução tecnológica com seus impactos nas administrações e escritórios fez com que os princípios de trabalho arquivístico, os métodos, as estratégias e as abordagens profissionais fossem repensados e reavaliados (BRUEBACH, 2007, p. 39).

Michael Fox analisa as razões da normalização arquivística no contexto das necessidades de informação junto aos arquivos e enfatiza a importância da consistência do conteúdo informacional diante do usuário. Para ele existiria um problema porque o “[...]”



conteúdo e a estrutura da descrição de documentos variam de instituição para instituição”. Mas a solução estaria na aplicação de normas para estruturar o “conteúdo da informação arquivística” (FOX, 2007, p. 28).

Para Terry Cook (1987), o papel da Arquivologia envolve uma visão teórica sobre as práticas arquivísticas, que passa da entidade documental para o processo, isto é, defende uma abordagem relacional do universo arquivístico. Para atingir esse resultado não se pode mais partir do arranjo, da descrição e do armazenamento de entidades documentais, mas deve-se encontrar formas de análise das funcionalidades do fenômeno informacional nos arquivos.

De acordo com Crespo (2000), a definição de informação arquivística encontra-se na delimitação do objeto de estudo da Arquivologia. Esse objeto apresenta características de uma informação detentora de forte relação com o produtor, que impõe sua significação no quadro das atividades e funções desse organismo formador do arquivo. Esse autor demarca o informacional nos arquivos associado ao contexto de adoção das chamadas tecnologias de informação e comunicação. As alterações de cunho social e tecnológico, configuradas a partir da década de 1980, colocaram demandas de ampliação dos conceitos e das práticas arquivísticas. A informação teria se tornado uma ordem de realidade sobre a qual o arquivista interviria quando no contexto dos arquivos.

A noção de informação arquivística encontra-se associada a uma perspectiva de inovação no discurso sobre as práticas arquivísticas na contemporaneidade. Essa inovação estaria presente na orientação de sucesso dos negócios organizacionais e nos movimentos das instituições arquivísticas, quando da representação temática dos conteúdos de documentos de arquivo por meio dos sistemas ou redes de informação.

Informação arquivística apontaria para a comunicação de *conteúdos* com atributos de significado, materialidade e evidência em relação às atividades de um produtor de arquivo.

Essas considerações evidenciam o arquivo no reconhecimento de formas reificadas da vida nas sociedades contemporâneas, em que se dá a burocratização das relações, substituindo as formas tradicionais de integração social e sugerindo uma lógica em que a inteligibilidade da comunicação seja, diplomaticamente, mediada pelo ato de documentar. Essa dinâmica é, ao mesmo tempo, comunicativa e validativa.



Quando se explicita *informação arquivística* o que realmente se quer evocar com esse conceito? Quais são as implicações das concepções e práticas arquivísticas estarem presididas pela ênfase no que chamamos de informação?

Pode-se explicar o surgimento da informação arquivística, no quadro da Arquivologia brasileira, ligando-a às condições de produção de conhecimento arquivístico no âmbito institucionalizado dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação, sem que essas explicações excluam a pertinência de outras. A noção de informação arquivística parece inscrita numa lógica de argumentação acadêmica de atualizar as práticas em torno do processamento técnico dos arquivos na direção de sua autonomia, enquanto área do conhecimento.

Essa esfera de significação, na qual se insere a informação arquivística, configura um processo de comunicação que se apoia em práticas estabelecidas num ambiente de modos, administrativos e jurídicos, de agir.

Os autores também apresentaram a noção de informação arquivística na forma registrada de uma inscrição. Considera-se a existência de um substrato físico imprescindível nessa consignação de uma passagem validada do ato para um registro.

Essa informação arquivística como ação comunicativa específica permite circular uma referência com validade, o que tem a ver com a ideia de testemunho encerrado num arquivo. Os atributos de evidência incorporados ao conceito de documento sustentariam uma referência ao que aconteceu com força de prova.

Marion Beyea (2007, p. 33) comenta o que é o arquivo.

[...] evidência que deriva grande parte de seu valor – para propósito de responsabilidade, administração, cultura e história. Ao lidar com a evidência – não informação ou objetos, embora documentos arquivísticos sejam objetos ou contenham informação –, os arquivistas, ao contrário de outros profissionais do conhecimento, da informação ou de curadoria, devem, nos processos que seguem e nas metodologias que aplicam, assegurar-se de que os documentos arquivísticos, *suportes dessa evidência*, sejam, ao longo do tempo, mantidos em seus contextos, completos, originais e confiáveis.

Essa evidência é reconhecida na ação que foi consignada ao registro com credibilidade e validade para representar uma intencionalidade, ou uma manifestação de vontade.



O fenômeno informacional nos arquivos sugere a dependência de uma materialidade na disponibilidade do registro. A noção de informação arquivística parece associada à existência da unidade materializada da informação na condição documental.

5 O CONCEITO DE INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA NO BRASIL

A abordagem informacional nos arquivos, especificamente o emprego da expressão *informação arquivística*, foi analisada a partir da sua utilização no conjunto de doze trabalhos oriundos de pesquisas de mestrados e de doutorados defendidas no Brasil entre 1996-2006, que apresentaram a designação em seu título e/ou resumo.

Os autores analisados se movem entre noções de informação arquivística no desenvolvimento dos argumentos nas teses e nas dissertações. As concepções do que seja informação arquivística são diversas, mas podem ser aproximadas nas seguintes categorias: informação é o conteúdo do documento; informação é representação dos documentos ou metainformação; informação é o documento.

No conjunto de teses e dissertações analisado, apenas o trabalho de Guimarães e Silva (1996) apresentou uma problematização em relação à noção informação arquivística. Nesse caso, a noção é explicitada com base na construção de instrumentos de representação das inscrições armazenadas como documentos de arquivo em instituições arquivísticas. Os meios de controle sobre acervos configurariam – além de referência da localização física das unidades documentais – uma representação do seu conteúdo, com a finalidade de mediar o encontro entre um usuário e o documento.

Nos trabalhos de Sá (2005) e Oliveira (2006), a emergente noção de informação arquivística foi apresentada em contraponto com a compreensão clássica e hegemônica na área arquivística, da Arquivologia como ciência dos documentos autênticos. Para esses autores, o arquivo resulta das razões de ordem cotidiana para a produção dos registros numa esfera de transações institucionalizadas, contudo a dimensão comunicativa do fenômeno arquivístico deveria ser problematizada. Para essa linha de pensamento, a produção de sentido sobre o conteúdo dos documentos de arquivo não é objetiva, os elementos de identificação dos registros em seu contexto de origem não são



capazes de *corresponder* de forma justa, econômica e racional à atividade produtora dessa acumulação documental.

6 CONCLUSÕES

O mapeamento da produção de conhecimento em Arquivologia no Brasil permitiu o reconhecimento da importância das pesquisas de mestrado e de doutorado sobre a temática arquivística que são acolhidas em programas de diferentes áreas do conhecimento, nas diversas regiões do país.

As teses e as dissertações identificadas com tema arquivístico revelaram a concentração dos trabalhos nos estados da região sudeste em 77%, o que aponta para a percepção da concentração política, econômica e cultural desses estados brasileiros sobre os demais. Essas pesquisas foram acolhidas em 13 (treze) áreas do conhecimento, sendo 43% em Ciência da Informação.

No conjunto das pesquisas de mestrado e de doutorado identificadas foi possível verificar que 12% de teses e de dissertações apresentam a expressão *informação arquivística* no título e/ou no resumo.

A dimensão de inovação no emprego da expressão *informação arquivística* ainda não está clara. No entanto, essa utilização é justificada, por alguns dos autores analisados, como mais vantajosa à compreensão das funções arquivísticas, em relação ao conceito de documento de arquivo. O informacional estaria mais adequado à realidade das tecnologias de comunicação e informação, associada à demanda por padronização internacional dos elementos de identificação dos acervos arquivísticos.

Para estudos posteriores, sugere-se o aprofundamento da perspectiva informacional nos arquivos do ponto de vista do cotidiano dos profissionais da área e a ampliação dos mapeamentos sobre a produção de conhecimento arquivístico no Brasil.



While examining the emergence of the concept of archival information on archival knowledge production in Brazil, it is possible to recognize the informational approach in the archives as an innovation perspective in the discourse about the archival practice nowadays. Thus, it presents a literature review on the trajectory of archival sciences emphasizing the recognition of three different approaches - historic, managerial, and informational. Furthermore, we analyze the emergence of the informational approach, based on the use of the concept of archival information expressed in theses and dissertations that address issues of Archival area, specifically in the Brazilian context during the period from 1996 to 2006.

Keywords: (palavras chave em Inglês e separadas por ponto (,))

Referências

BEARMAN, David. Virtual archives. In: CONGRESO INTERNACIONAL DE ARCHIVOS, 13, 1996, Beijing. **Actes...** . Disponível em: <http://www.ifla.org/documents/libraries/net/bearman.txt>. Acesso em: 3 de março de 2002.

BEYEA, Marion. A favor de normas para a prática arquivística. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, p. 31-38, jan/dez 2007.

BRUEBACH, Nils. Acesso eletrônico à informação arquivística: vantagens e potenciais das normas de descrição. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, p. 47-56, jan/dez 2007.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivo, documento e informação: velhos e novos suportes. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 15-23, p. 34-40, jan./dez. 1994.

COOK, Michael. Desenvolvimentos na descrição arquivística: algumas sugestões para o futuro. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, p.125-132, jan/dez 2007.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.11, n.21, p.169-175, jan/jun 1998.

_____. Archival Science and Postmodernism: new formulations for old concepts. **Archival Science**, v. 1, n., 3-24, mar, 1987.

CRESPO, Cláudio Dutra. **O campo da arquivística e os arquivos setoriais: conhecimentos e práticas.** 2000. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação) – IACS, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.



CUNNINGHAM, Adrian. O poder da proveniência na descrição arquivística: uma perspectiva sobre o desenvolvimento da segunda edição da ISAAR (CPF). **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, p. 77-92, jan/dez 2007.

DOLLAR, Charles M. O impacto das tecnologias de informação sobre princípios e práticas de arquivos: algumas considerações. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1-2, p. 3-38 , jan/dez 1994.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 49-69, jan./jun 1994.

EASTWOOD, Terry. In: Debate entre Terry Eastwood e Theo Thomassen. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 15-24, jul/dez 2007.

FONSECA, Maria Odila. Informação, arquivos e instituições arquivísticas. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 33-45, jan/jun1998.

_____. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

FONSECA, Vitor Manoel Marques da. **A normalização da descrição arquivística: avanços internacionais e a situação do Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional do Brasil, 2001.

FOX, Michael. Por que precisamos de normas. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, p. 23-30, jan./dez. 2007.

GUIMARÃES E SILVA, Júnia. **Socialização da informação arquivística: a viabilidade de enfoque participativo na transferência da informação**. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - IBICT, Escola de Comunicação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

HEREDIA, A. Herrera. **Archivística general: teoría y práctica**. Sevilla: Servicio de Publicaciones de la Diputación de Sevilla, 1983. 512p.

JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. Arquivos. In: CAMPELLO, Bernadete Santos et al. **Formas e expressões do conhecimento**. Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1998.

KETELAAR, Eric. The Archive as a time machine. In: DLM FORUM, 2002, Barcelona. **Proceedings...: @ccess and preservation of electronic information: best practices and solutions**. Barcelona, INSAR European Archives News, Supplement VII (Luxembourg 2002), 6-8 May 2002, p. 576-581.

LODOLINI, Elio. El problema fundamental de la archivística: la naturaleza y el ordenamiento del archivo. **Irargi: Revista Archivística**, Murcia v. 1, n.1, p. 27-61, jan./dez. 1988.



MENNE-HARITZ, Angelika. **Appraisal and disposal of electronic records and the principle of provenance: appraisal for access - not for oblivion.** 1998. Disponível em: <http://www.narc.fi/dlm/9b.pdf> . Acesso em: 09 de junho de 2008.

NHARRELUGA, Rafael Simone. **O governo eletrônico em Moçambique: uma reflexão sobre políticas públicas de informação.** 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – IBICT, IACS. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. **O usuário como agente no processo de transferência dos conteúdos informacionais arquivísticos.** 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). - IBICT, IACS. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

RODRIGUES, Georgete Medleg. A formação do arquivista contemporâneo numa perspectiva histórica: impasses e desafios atuais. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 17-41, jul./dez. 2006.

SÁ, Ivone Pereira de. **A face oculta da interface: serviços de informação arquivista na web centrados no usuário.** 2005. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2005.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. A prática arquivística em tempos de gestão do conhecimento. In: SANTOS, Vanderlei Batista dos (Org.). **Arquivística: temas contemporâneos: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento.** Brasília: SENAC, 2007, p. 175-220

SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos: princípios e técnicas.** Rio de Janeiro: FGV, 2002.

_____. **Manual de arquivos.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1959.

SIBILLE, Claire. A descrição arquivística na França, entre normas e práticas. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1-2, p.93-112, jan/dez 2007.

THOMASSEN, Theo, Uma primeira introdução à arquivologia. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 5-16, 2006.